

Sumário

Prefácio.....	xiii
Introdução.....	xvii
Capítulo 1 - Bases de Um Processo Penal Democrático ...	1
1.1. Imparcialidade do juiz	6
1.1.1. Inércia.....	11
1.1.2. Correlação Entre a Acusação e a Sentença.....	15
1.2. Presunção de Não-Culpabilidade do Réu.....	18
(Inocência?).....	18
1.3. Contraditório.....	26
1.4. Ampla Defesa	40
1.4.1. A Igualdade das Partes	49
1.4.2. O <i>Favor Rei</i>	52
1.5. Busca da Verdade (Verdade Real?)	55
1.6. Devido Processo Legal.....	62
Capítulo 2 - A Prova como Realização de Um Direito das Partes.....	69
2.1. A Superação de um Velho Paradigma	72
2.1.1. Dualismo Processual ou Teoria Geral do Processo?.....	75
2.1.2. Mão e Contra-Mão	82
2.2. Um Novo Paradigma: A (In)Disponibilidade do Direito de Ação.....	90
Capítulo 3 - A Ação Penal de Iniciativa Pública Como Instrumento Garantista	95
3.1. A Ação Penal de Iniciativa Pública Como Garantia do Réu.....	96
3.2. A Imparcialidade do Ministério Público.	100
3.3. Princípios da Ação Penal de	104
Iniciativa Pública.....	104

3.3.1. Obrigatoriedade	105
3.3.2. Indisponibilidade	114
3.4. A Delimitação do Objeto Litigioso	123
3.4.1. A Causa de Pedir	124
3.4.2. O Pedido.....	128
3.4.2.1. O Pedido no Processo Penal Tradicional....	130
3.4.2.2. O Pedido Nos Juizados Especiais Criminais (Transação Penal)	132
3.5. <i>Dominus litis e custos legis</i>	133
3.5.1. A Posição Inicial e Final do Ministério Público ..	134
3.5.2. O “Pedido” de Absolvição em Alegações Fi- nais: Desvinculação do Juiz	136
Capítulo 4 - A Iniciativa Probatória do Juiz no Proce- so Penal	143
4.1. Um Panorama Internacional e	143
Dois Modelos Processuais	143
4.1.1. O Modelo Anglo-Saxão e o Papel do Juiz na Gestão da Prova	145
4.1.2. O Modelo Romano-Germânico e o Papel do ... Juiz na Gestão da Prova	155
4.2. Sistema Acusatório e Atividade Probatória.....	170
4.3. Iniciativa Probatória do Juiz.....	177
4.3.1. Subsidiariedade.....	192
4.3.2. Imputação e Prova dos Fatos Imputados.....	196
4.3.3. Busca dos Elementos de Convicção e.....	198
<i>In Dubio Pro Reo</i>	198
4.3.4. Preservação da Imparcialidade do Juiz.....	205
4.3.5. Fatos Sindicáveis Pelo Juiz	211
4.3.5.1. Fato Principal e Fatos Secundários.....	215
4.3.5.2. Quando o Fato Secundário se Torna Prin- cipal.....	216
4.3.5.3. Circunstâncias Sindicáveis	218
4.3.5.4. O Direito	220
4.4. Limites à Iniciativa Probatória do Juiz	222
4.5. Definição de Critérios	226

4.6. O Código de Processo Penal Brasileiro e a Iniciativa Probatória do Juiz.....	228
4.6.1. Dispositivos Regentes.....	228
4.6.2. Compatibilidade Constitucional.....	233
Conclusão.....	245
Referências Bibliográficas.....	247